

ARTIGO

TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil é uma violação de direitos que compromete o desenvolvimento integral de milhões de meninos e meninas no Brasil. Um dos grandes obstáculos no enfrentamento ao trabalho infantil é a naturalização do problema. Muitas vezes o trabalho é encarado como algo normal, mesmo prejudicando o desempenho escolar e o tempo de lazer de crianças e adolescentes. Por isso, a publicação traz uma discussão crítica dos mitos que defendem o trabalho infantil como uma atividade positiva. Manter as crianças na escola e fazer com que elas cheguem ao mundo do trabalho no devido tempo. O principal motivo que leva as crianças para este tipo de prática é a necessidade financeira. Com estas informações buscamos alertar as pessoas sobre a importância dos estudos na preparação da criança para um futuro adequado, enfatizando sempre que as crianças não devem lidar com responsabilidades que não são próprias delas. Ao abandonarem a escola, ou terem que dividir o tempo entre a escola e o trabalho, o rendimento escolar dessas crianças é muito ruim, e serão sérias candidatas ao abandono escolar e consequentemente ao despreparo para o mercado de trabalho, tendo que aceitar sub-empregos e assim continuarem alimentando o ciclo de pobreza no Brasil. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho infantil no Brasil está erradicado nas empresas e fábricas, mas há atividades que persistem e são muito difíceis de combater porque ainda são vistas como aceitáveis por muita gente. É comum encontrar crianças trabalhando em casas, como empregadas domésticas, em um ambiente familiar, onde a fiscalização não entra, só por meio de denúncias é possível descobrir se há uma criança ou adolescente sendo explorado. Toda criança tem direito de brincar e estudar. Este direito é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Porém, a realidade do país é muito diferente. Tal prática

representa a violação dos direitos da criança. Estar informado sobre esta situação é muito importante, pois muitas crianças e adolescentes são explorados sem ter conhecimento do que está acontecendo. Além disso, conhecer a situação

Principal motivo que leva as crianças para este tipo de prática é a necessidade financeira

do trabalho infantil possibilita lutarmos contra esta prática que, em muitos casos, representa um crime. Apesar dos pais serem oficialmente responsáveis pelos filhos, não é hábito dos juízes puni-los. Outras questões que merecem ser discutidas é o que leva as pessoas a viverem desta forma, ou seja, o que a sociedade está fazendo para proporcionar condições dignas de vida para todos os seus cidadãos. Envolver a comunidade escolar e a sociedade em geral no controle social das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente, possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças adolescentes na escola, proporcionar apoio e orientação às famílias beneficiadas promover programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda para as famílias.

Antonia Marques da Costa (Pedagoga)
Eliane Pittma Ferreira (Pedagoga)
Vanderlucia Fernandes dos Santos Siqueira (Pedagoga)

Não esclareceu

Consequência

A deputada Janaina Riva disse que a reunião do procurador-geral de Justiça José Antônio Borges com parlamentares não esclareceu totalmente as dúvidas relacionadas às supostas ilegalidades cometidas por membros do Ministério Público no caso conhecido como “Grampolândia Pantaneira”.

A visita aos parlamentares é consequência dos reinterrogatórios dos coronéis Zaqueu Barbosa, Evandro Lesco e do cabo da PM Gerson Correa - réus na ação penal que apura as interceptações telefônicas ilegais ocorridas nos anos de 2015 e 2016 em Mato Grosso.

 CURTAS

DA REDAÇÃO
COM EQUIPE

Tese premiada no maior evento de Literatura Comparada

O estudo denominado “Teatro angolano: o épico nas peças de José Mena Abrantes e Pepetela”, de Sidnei Boz, doutor em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso, recebeu o 1º lugar na categoria Tese, no 16º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), realizado neste mês. A tese de Sidnei Boz, sob orientação do professor da Unemat e imortal da Academia Mato-grossense de Letras, Agnaldo Rodrigues da Silva, foi defendida em março deste ano. A pesquisa investiga a construção do épico no teatro de dois autores angolanos, a partir da análise de quatro peças: A Corda (1976) e A revolta da casa dos ídolos (1979), de Pepetela; O grande circo autêntico (1978) e Ana, Zé e os Escravos (1980), de José Mena Abrantes.



Conselheiros Tutelares

Inicia nesta quinta-feira, 25, as inscrições para o processo de escolha dos novos Conselheiros Tutelares em Tangará da Serra. Os escolhidos serão conselheiros pela gestão 2020/2023 e serão remunerados com o valor de R\$ 2.762,00 mais gratificação.

Juiz Leigo

O TJMT receberá até amanhã, 26, as inscrições dos interessados em participarem do seletivo para contratação de um Juiz Leigo para atuar em Tangará. O contratado receberá remuneração por abono variável, observado o teto máximo de R\$ 3.866,68.

Desmatamento

O desmatamento na Floresta Amazônica em Mato Grosso teve redução de 26% em junho deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados são baseados em informações do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon.

BASTIDORES DA POLÍTICA

Biometria

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou que o número de eleitores cadastrados no sistema biométrico de votação chegou a 69,57%. Conforme os dados, 101 milhões dos 146 milhões de eleitores brasileiros estão com as digitais inseridas na Justiça Eleitoral.

Em Nova Olímpia

Agora chegou a vez dos eleitores de Nova Olímpia e Matupá fazerem a revisão cadastral e coleta de dados biométricos, de forma obrigatória. A convocação começa a valer nesta quinta-feira, 25, em ambos municípios (matéria completa na página 5).

Demissão

O Governo do Estado estima economizar cerca de R\$ 223 milhões, até 2025, com o Plano de Demissão Voluntária (PDV) para os empregados públicos da Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação. O prazo de adesão ao PDV na empresa encerrou no dia 9 de julho.

Julgamento de Selma Arruda

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Mato Grosso deve julgar, nesta quinta-feira, 25, os embargos de declaração (espécie de recurso) da senadora Selma Arruda (PSL), que tenta reverter a cassação do mandato determinada por 7 a 0, em abril deste ano. Ela é investigada por ter utilizado R\$ 855 mil na pré-campanha e R\$ 375 mil durante a campanha sem declarar à Justiça eleitoral.

